



**Diário da Sessão n.º 009 de 17/03/05**

**Presidente:** Boa tarde, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Vamos entrar na nossa ordem de trabalhos.

*(Eram 15 horas e 10 minutos)*

O primeiro ponto é a **Proposta de Resolução – “Conta da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano de 2002”**.

Para uma primeira intervenção tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

**(\*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à Conta da Região de 2002, gostaria de salientar alguns aspectos.

Por um lado, o montante da receita global que se situa nos 728,5 milhões de euros, que representa uma taxa de execução de 94% e um crescimento de 3,7% em relação ao valor verificado em 2001, ou seja, mais 26,3 milhões de euros.

Destacaria a boa execução fiscal, da receita fiscal, e a boa execução do global da receita, apesar de nesse ano não se ter verificado a transferência de 20 milhões de euros referentes à solidariedade nacional no processo de reconstrução, conforme inicialmente tinha sido previsto e acordado.

Em relação às receitas correntes as mesmas aumentam significativamente o seu peso relativo, derivado, como referi, à boa execução das receitas fiscais, ou seja, representam 70,5% do total da receita (513 milhões de euros), e tem uma taxa de execução de 103,3%, ou seja, 3,3% acima do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

valor inicialmente previsto e um acréscimo em relação ao ano anterior de 28,7%.

Dentro das receitas correntes destacava as receitas fiscais, que têm um peso relativo de 82,2% do total da receita. No que concerne aos impostos directos há um acréscimo de 67,3%.

As transferências do Orçamento de Estado – outra componente fundamental – tiveram um montante total de 194,3 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 6,2% em relação ao ano anterior, apesar da falta, como foi referida, dos 20 milhões de euros referentes ao processo de reconstrução das Ilhas do Faial e Pico.

Na componente da despesa, salientaria, como montante total, 728 milhões de euros, mais 3,85 do que o ano anterior, o que representa uma taxa de execução de 94%.

A despesa corrente representou 66,3% do total, um montante global de 482 milhões de euros com um acréscimo de 10,9% em relação ao ano anterior, tendo as despesas com pessoal representado 51,5% do total dessas receitas, mais 5% do que ano anterior. Salientava aqui o aumento bastante reduzido das despesas com o pessoal, que aumentaram apenas 5%, enquanto no Orçamento de Estado essas despesas tiveram um acréscimo, em 2002, de 6,7% e 41,6% do total das despesas correntes, referentes a transferências correntes, que inclui as transferências para o Serviço Regional de Saúde.

Em termos de investimento, o montante global de investimento inscrito no Plano, Capítulo 40 do Orçamento, situa-se em 216,9 milhões de euros, um acréscimo de 6,1% em relação ao ano anterior, uma taxa de execução de 88%, significativamente superior ao ano anterior que se verificou uma taxa de execução de 75,2%.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Porque algumas das matérias que vou referir seguidamente têm a ver com a Conta da Região de 2002, gostaria de anunciar e dar uma boa notícia a esta câmara.

Como sabem, foi apresentado, durante o ano de 2003 e de 2004, por um senhor chamado Manuel Fagundes, à União Europeia, um conjunto de queixas em relação aos procedimentos da Região.

Esse senhor, é bom lembrar, tinha dado para endereço de resposta uma caixa postal que, por acaso e curiosamente, de acordo com o que foi comprovado por um jornal, correspondia ao endereço da sede do PSD, em Ponta Delgada.

Três dessas queixas diziam respeito a questões fundamentais para o desenvolvimento da Região.

Uma referente à SATA e ao procedimento do Governo Regional ao fazer um ajuste directo com a SATA por um período de 10 anos para o planeamento e exploração do serviço público de apoio à aviação civil nos aeroportos das ilha do Corvo, Graciosa, Pico, Flores e São Jorge e conseqüentemente através da SATA realizar um conjunto de investimentos de modernização dessas infra-estruturas aeroportuárias.

Essa queixa foi apresentada a 28 de Janeiro de 2004 e posso comunicar, em primeira mão, a esta câmara, que ontem, após a reunião do Colégio de Comissários da União Europeia, ...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Isto diz respeito à Conta de 2002?!

**O Orador:** ... a União Europeia deu razão aos Açores, deu razão ao Governo Regional e mandou arquivar a queixa feita contra o Governo Regional pelo Sr. Manuel Fagundes.

Também nessa reunião tinha sido analisada uma queixa apresentada a 16 de Março de 2003 contra o Governo Regional, tendo em conta a constituição



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

da SPRHI,SA bem como a sua prática de funcionamento, pondo em causa a legalidade da realização de empreitadas por esta empresa de capitais exclusivamente públicos.

Também ontem, a 16 de Março, o Colégio de Comissários da União Europeia mandou arquivar a queixa e deu razão aos Açores, deu razão ao Governo Regional e considerou que o processo feito e realizado pelo Governo Regional era correcto do ponto de vista legal e à luz das regras da União Europeia.

Também ontem o Colégio de Comissários da União Europeia, reunido, analisou a queixa apresentada a 5 de Abril de 2004 sobre o processo das SCUT'S, no que concerne à forma como foi o concurso de concessão rodoviária dos regimes SCUT'S para a Ilha de São Miguel, os critérios de avaliação da comissão de análise de propostas. Também ontem o Colégio de Comissários da União Europeia deu razão à Região e ao Governo Regional. Mandou arquivar a queixa feita e realizada pelo Sr. Manuel Fagundes.

São três excelentes notícias para os Açores. São três provas de confiança da União Europeia na razão técnica e fundamentada do Governo Regional e são três processos que terão agora a sua continuidade de forma segura e consistente.

Mais uma vez o Sr. Manuel Fagundes, infelizmente se calhar para alguns, mas felizmente para os açorianos, não tinha razão.

São decisões tomadas em relação ao procedimento de 2002, mas gostaria de dar esta excelente notícia aos Açores, esta demonstração de confiança das instituições europeias no Governo Regional e que, com certeza, é partilhada por todas as bancadas, independentemente da morada que por acaso foi dada para a recepção dos resultados dessas queixas. Sei que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

alteraram a morada dessa caixa postal, mas a resposta que vai seguir é esta que referi aqui, a bem dos Açores e dos açorianos.

Muito obrigado.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Tenho inscrito os Srs. Deputados António Marinho, Alvarino Pinheiro e José Rego.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**Deputado António Marinho** (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Confesso que quando ouvi o Sr. Vice-Presidente dizer que tinha uma excelente notícia para dar a esta casa, fiquei com medo. Porquê? Porque me lembro que em Dezembro passado, na discussão do Programa do Governo, também disse que iríamos ter boas notícias dentro de pouco tempo. Agora, confesso que fiquei com medo porque pensei que o Sr. Vice-Presidente, como estamos a discutir a Conta da Região referente a 2002, tivesse encontrado um superavit nessa conta.

*(Risos dos Deputados da bancada do PSD)*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Vamos à Conta de 2002, porque é esse o ponto da ordem de trabalhos, de acordo com a ordem de trabalhos que nos foi distribuída.

Falámos na de 2001 há 2 dias atrás e lembrei-me de uma coisa: isto é um pouco “vira o disco e toca o mesmo”!

Começou, à excepção da parte final que não diz respeito à Conta de 2002, ou pelo menos não é isso que estamos aqui a discutir, com a apresentação, talvez um pouco menos desenfreada ou com menos frenesim do que o fez relativamente à de 2001. Penso que talvez tenha atendido ao que disse ontem o Sr. Secretário Regional da Presidência, quando admitiu, realmente, que mandar uma sucessão de números para frente – disse isso a propósito de outra intervenção – era para não compreendermos nada.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Foi boa a tentativa, mas não pega!

**O Orador:** Penso que foi muito oportuno, Sr. Secretário Regional da Presidência, quando disse isso ontem, com esta apresentação dos números. Espero também – e ontem falámos nisso a propósito de um relatório relativo à área da saúde – que o Tribunal de Contas não tenha metido aqui as confusões que, segundo ontem foi dito pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado, existiram em relação a outro relatório.

Penso que não há confusões e por isso nada melhor do que recorrer novamente ao relatório do Tribunal de Contas para vermos o que é que nos diz o Tribunal de Contas relativamente a 2002.

Penso que aqui mais uma vez temos a história do “toca a mesma coisa, embora se vire o disco”, isto é, também em 2002 há eternização das recomendações em relação aos pontos negativos. Há algumas coisas novas, algumas francamente piores, mas no essencial mantém-se exactamente a mesma coisa: aumentam os números.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Relativamente a 2002 são 22 os aspectos negativos. Como é norma, são em cerca de 50% os pontos positivos. São novamente em número de 4 as recomendações que foram acolhidas e lembro-me a propósito, quando fizemos a discussão na Comissão de Economia, um elemento da comissão, que não é propriamente afecto a esta bancada, ter dito: o Governo escolhe sempre quatro para acolherem ano a ano. Deve ser uma prática para não ficar tudo, até seria monótono e denotaria ainda uma menor vontade em melhorar o processo orçamental do que efectivamente existe.

Mas vejamos os aspectos fundamentais que nos são trazidos pelo relatório do Tribunal de Contas. Começemos por uma questão referida pelo Sr. Vice-Presidente, numa discussão iniciada na Conta de 2001: esta tinha, em termos de execução do Plano, melhorado francamente relativamente à execução dos anos anteriores, designadamente do ano de 2001.

Em 2002, e ainda chegámos a falar nisto na discussão que se seguiu na apresentação na Conta de 2001, há uma taxa de execução de 88% (é verdade!) em relação ou na sequência da reprogramação efectuada em Novembro daquele ano.

Por isso julgo que vale a pena voltar a dizer aqui, relativamente ao Plano de Médio Prazo 2001-2004, que revela o conjunto de intenções que o Governo tinha para um quadriénio, que continuou a verificar-se aqui uma execução correspondente a  $\frac{3}{4}$  daquilo que estava efectivamente programado.

Depois foi feita uma reprogramação. Não me lembro exactamente o dia, mas terá sido meados do mês de Novembro, isto é, um mês e meio antes do final desse exercício...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Do Governo da República!



**O Orador:** ... e mesmo assim há uma execução de 88%. Mesmo depois de uma reprogramação aprovada, a um mês e meio do final do ano, não conseguem ter uma execução que se aproxime dos 100% , ficando muito aquém, o que eu penso que é, no mínimo, revelador de alguma incapacidade em termos de execução das verbas do plano.

Temos um ano em que mais uma vez o princípio do equilíbrio não foi formalmente cumprido. Desta vez, uma conta que já está expressa em euros, atingiu quase 30 milhões de euros, mais ou menos semelhante aos 6 milhões de contos em que a despesa tinha ultrapassado a receita efectiva no ano anterior.

Há aqui questões que eu acho que são extremamente importantes e que revelam até uma situação de algum desleixo, que é o facto da entrada de verbas – isto como ponto negativo apontado pelo Tribunal de Contas – ter entrado directamente para a Conta da Região e não ter passado pelas tesourarias regionais. Eu chamaria a isto de desleixo, no mínimo.

Relativamente a uma questão abordada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, relativamente à Conta de 2001, em que havia um conjunto de projectos que tinham tido execuções baixíssimas, na ordem dos 14, 15 e 16% e eram projectos em áreas fundamentais, consideradas prioritárias por parte do Governo Regional, é o próprio Tribunal de Contas que diz “no relatório anual de execução do Plano é apresentada a realização de 452 acções integradas em 105 projectos, nada referindo quanto às 62 que ficaram sem qualquer execução”.

Portanto, não foi nem 10, nem 14, nem 15%. Foi zero! Então por que é que lá as colocaram?

Há uma questão fundamental, também referida neste mesmo relatório. Os montantes de subsídios pagos e apresentados nos documentos que





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

compõem a Conta da Região divergem entre si. Eu acho que é francamente lamentável que no mesmo documento haja números divergentes. Das duas uma, ou um ou outro não estará bem, há um problema se calhar de revisão do próprio documento – o documento foi apresentado de uma forma descuidada – ou então podem estar aqui contempladas situações que serão menos correctas.

Há a permanente falta de mapas que esclareçam convenientemente os movimentos orçamentais. É também uma questão que se repete.

Há, entre os pontos negativos, uma parte significativa dos bens que foram adquiridos naquele ano e que não foram contabilizados em termos do património regional, o que dificulta ou impede que se possa avaliar o património, o que obviamente tem consequências em termos do controlo deste mesmo património e há, e esta é a situação que eu classificaria das mais graves que tem aparecido ano a ano, uma falta de suporte legal em relação aos subsídios atribuídos, a maior parte das vezes, escondida um pouco sob a capa do Estatuto Político-Administrativo da Região ou das orgânicas dos organismos a quem compete a atribuição destes subsídios.

É importante ler a forma como o Tribunal de Contas se refere a esta situação: “como se de enquadramento legal se tratasse, o que não é...”.

Há ainda casos em que não é feita qualquer menção aos objectivos dos referidos apoios e estas situações traduzem “falta de transparência no relacionamento entre a Administração Pública e os Agentes Económicos Regionais”.

A dívida do sector da saúde continua a ser um problema. Neste ano ela já atingia 109 milhões de euros.

Mais uma vez, com uma quantidade apreciável, cerca de 74 milhões de euros deste montante – palavras do Tribunal de Contas – “foram realizadas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

sem cabimento orçamental, situação susceptível, tal como acontecia no ano anterior de constituir infracção financeira, prevista e punida nos termos da b) do nº 1 do artigo 65º”.

Com isto, há também um conjunto de recomendações que continuam a ser efectuadas. Há as tais 4 recomendações de anos anteriores que foram acolhidas e voltamos, novamente às mesmas. Mais uma vez “vira o disco e toca o mesmo” e a situação não se resolve.

Entre as recomendações, temos a necessidade de elaboração de uma proposta de orçamento que contenha toda a informação que é exigida por lei e que permita que se avalie convenientemente o orçamento e depois estabeleça a comparação com os relatórios de execução final e com a Conta da Região.

Mais uma vez há o pagamento de despesas de funcionamento da Administração Pública Regional através de verbas do Plano, o que quando estamos a dizer que há investimento, muito dele não é investimento, são pinturas – mas haveremos de ver isso no dia 5 – de fachadas de organismos da Administração Regional que estão contempladas no Plano.

Obviamente há aprovação da legislação necessária a suportar os subsídios atribuídos, o acompanhamento e controlo de aplicação dos apoios financeiros, etc., etc...

Há aqui uma situação que me parece extremamente importante e uma recomendação que eu penso que cada vez tem mais cabimento, que é a identificação dos fluxos financeiros destinados às empresas públicas participadas e outras. Isto é tanto mais importante quando sabemos que, nos tempos que correm, designadamente ao longo de um período mais recente, a intensificação deste tipo de empresas, ao longo desse período, tem feito ou pode fazer, como passa à margem do orçamento, um conjunto de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

despesas que deviam estar devidamente orçamentadas e que não chegam sequer ao conhecimento desta Assembleia, isto é, operações de desorçamentação que não temos dúvidas que existem. Daí o facto deste Grupo Parlamentar ter apresentado um requerimento para conhecer esta realidade ao pormenor, porque esta Assembleia tem direito de conhecer esta situação.

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): O senhor Fagundes também conhece!

**O Orador:** Perante todo este tipo de problemas, da continuação dos problemas de sempre, da não vontade de resolver e de melhorar o processo orçamental, obviamente que este Grupo Parlamentar, tal como fez em relação à Conta de 2001, não lhe resta outra hipótese senão não aprovar esta Conta, utilizar a abstenção na votação que se seguirá dentro de momentos, porque de outra forma seria pactuar com um conjunto de irregularidades, de situações menos correctas, de situações que não podem ser consideradas razoáveis.

Obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(\*) **Deputado Alvarino Pinheiro** (*PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Conta da Região de 2002, em relação à sua estrutura, apresenta uma nítida recuperação das receitas correntes, ultrapassando a anomalia constatada em 2001, embora aqui também se registe uma quebra significativa de receitas ao nível do que estava previsto e programado, desta feita nas transferências de capital.

**Deputado Nuno Tomé** (*PS*): É o Governo do PSD!



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

**O Orador:** Era um governo de coligação, mas este era socialista e é a do governo socialista que estamos a analisar agora.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Transferiu essa competência!

**O Orador:** Quem fez o Orçamento foi o Governo Socialista. Como o Governo Socialista é que fez o orçamento, e como nós estamos aqui a avaliar a correspondência entre o executado e o orçamentado, o Governo Socialista é que leva o cartão amarelinho, neste caso.

Novamente, não acertou na estimativa. Aliás, relativamente a essa questão, o Sr. Vice-Presidente salientou e muito bem.

Isso leva-nos a uma velha história muito debatida nesta casa sobre o carácter científico das estimativas e das previsões, neste caso, dos orçamentos regionais.

Eu acho, Sr. Vice-Presidente, que devemos ter muito cuidado em remeter para o exterior as causas e as justificações de tudo, porque – e aí talvez está a nossa coerência que deve sempre presidir à defesa da Autonomia e daquilo que justifica a nossa presença aqui – o que acontece de bem ou de mal depende muito do que se passa na República e isso não abona para a nossa Autonomia.

A Região, na maior parte dos casos, não tem instrumentos para elaborar um orçamento no sentido que nós aprendemos nas escolas, porque lhe falta os centros de decisão para isso. Nalguns casos até falta, a nós, região, os meios de diagnóstico capazes.

Nós estamos profundamente dependentes do que se passa no resto do país. Estamos dependentes para o bem e para o mal.

Estamos dependentes no que toca à arrecadação das receitas, no que toca à evolução da própria economia. Se a economia está bem no país é bom para



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

a nossa administração. Até as medidas impopulares dos Governos da República são excelentes para a nossa administração.

Eu sei que o senhor está preocupadíssimo, como socialista militante, se o novo Governo da República vai fazer aquilo que o Governador do Banco de Portugal já sugeriu, isto é, acabar com a taxa intermédia do IVA, mas está felicíssimo como Vice-Presidente responsável pela tesouraria regional se isso acontecer. Sempre vem mais uns dinheirinhos!

Essa contradição, que é uma contradição inerente à nossa autonomia, depende das matérias financeiras.

Portanto, temos que ter muito cuidado.

Há alguns anos atrás houve um Sr. Secretário Regional que apresentou aqui um Orçamento com uma fundamentação científica como se ele tivesse sido feito no seio do banco mundial ou coisa do género e acabámos esse orçamento muito desconsolados, porque tinha dependido de 3 telefonemas de Lisboa. Isto já foi há muitos anos.

O carácter científico da elaboração dos nossos orçamentos é relativo. Isso tem a ver com questões de boa informação, tem a ver com questões de um palpite mais ou menos certo e tem muitos imponderáveis como tem sempre um documento de previsão.

Sr. Vice-Presidente, por essa via não vale a pena darmos carácter muito científico a essa matéria.

O que aconteceu efectivamente foi que a previsão de transferências do Orçamento de Estado não coincidiu com o nível de transferências efectuadas.

A esse propósito convém referir uma questão (o Sr. Deputado António Marinho já referiu, quer anteontem, quer hoje e o Tribunal de Contas também referiu): a necessidade da Região, através do Governo, definir



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

previamente – e o relatório da Comissão deu relevo a isso – os critérios objectivos da afectação das transferências, quer às receitas correntes, quer às receitas de capital.

Portanto, e o Tribunal de Contas também o cita, há neste momento uma liberdade total, que é considerada no texto do Tribunal como uma arbitrariedade. Nós compreendemos isso.

A Administração Regional afecta às receitas correntes a quantidade de transferências que necessita para equilibrar o orçamento.

**Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*):** A deficiência é do Orçamento de Estado!

**O Orador:** Mas o Orçamento de Estado tem que ser negociado com a Região.

Eu percebo a recomendação do Tribunal de Contas. Parece-me uma recomendação acertada e acho que a nossa Assembleia, em conjunto com o Governo, partindo do princípio que o Governo também tem essa vontade, devia fazer um esforço para que se acertasse num critério do que é que é decorrente do conjunto das transferências e o que é que não é e, portanto, será de capital.

Acho que se avançarmos nesse capítulo estamos a conseguir disciplinar, no fundo, as nossas receitas e ter uma afectação mais lógica.

Ao nível do investimento, e porque o Governo Regional e a maioria que o apoia se satisfaz muito com a execução financeira do Orçamento, 2002 é melhor do que 2001. Deixa a bancada socialista mais tranquila, deixa de ser 85 e passa para 88. Portanto, sob esse ponto de vista, já começa a aproximar-se de valores mais consentâneos.

O Sr. Secretário pode guardar os quadros, porque eu vou apresentar outros de seguida que arrumam com esses.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

*(Aparte inaudível do Secretário Regional da Presidência)*

**O Orador:** O Sr. Secretário Vasco Cordeiro acredite em mim, porque o Sr. Vice-Presidente não vai ter colunas suficientes para responder a uma pergunta que lhe vou fazer.

A execução global, sob o ponto de vista financeiro, traduz 88%. Não traduz 100%, porque como diz o Deputado José Rego não havia dinheiro para isso, porque se houvesse lá estava. Essa parte compreendemos. Já aquele imperiozinho na Guarita também trabalha assim, como o senhor sabe.

Sabemos como são essas coisas. Quando há dinheiro bota-se, quando não há... é como as donas de casa, fazem o cozido conforme a dispensa. Aí a coisa é mais ou menos parecida.

Será sempre assim, seja qual for o Governo. Se for outro a coisa não vai ser muito diferente.

É bom referir que a execução material – e isto é uma obrigação do Parlamento – deve ser objecto de um grande esforço de análise por parte do Parlamento. Se assim não fosse, seria escusado o exercício que vamos fazer daqui a 15 dias quando analisarmos um Plano com programas, projectos e acções. Se o problema fosse só afectar verbas a uma dúzia de programas estava feito e escusava essa cerimónia e esse trabalho, nomeadamente por parte do Governo, de apresentar aqueles documentos. Portanto, é bom fazer um esforço.

Sob esse ponto de vista, sabemos que o segundo ano de acção do Governo Socialista, no último mandato, também não foi bom sob o ponto de vista da execução material. Este registo tem que ser feito aqui, porque durante 4 anos andámos a discutir essas matérias – os que pertenceram à Legislatura



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

anterior – e sabem o que foi a luta no sentido de deixar claro (e acabou por ficar claro!) a falta de respeito da Administração Regional pelos calendários que então estavam estabelecidos.

Dou alguns pequenos exemplos de baixas execuções:

- Rede Regional de Abate – 36%
- Apoio à Indústria Agro-Alimentar – 60%
- Produção de Produtos Agrícolas – 33%

Em termos de projectos e acções concretas, o Sr. Deputado, fazendo um exercício mental em relação à sua ilha, sabe perfeitamente o que aconteceu com a Escola Secundária da Horta. Os da Terceira têm uma lista que está publicada neste Parlamento, permanentemente, das estradas regionais, da ligação da via rápida ao porto, das escolas...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** É por isso que temos 60%!

**O Orador:** 60% é outra coisa, meu amigo. Isso é outra história!

Aliás, tinham escusado de começar algumas obras à última da hora, porque os 60 estavam garantidos. O Sr. Vice-Presidente sabe isso melhor do que eu.

A verdade é que as coisas não se fizeram. Primeiro, não se fizeram no tempo certo, e é isso que estamos aqui a ver; segundo, algumas nem se fizeram durante a Legislatura, e isso é inegável.

Que isto não tenha sido considerado pelos eleitores também é inegável e a prova está à vista. Bem que eu tive esperanças, mas não serviu de nada. Mas que os senhores não fizeram, não fizeram!

Nós temos toda a legitimidade para chamar a atenção para essa questão.

Há uma observação que eu também queria fazer, um bocadinho a nível técnico e a nível político, que tem a ver com a tendência, que é muito





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

simpática para a maioria, de nos relatórios de execução fazer sempre a análise em relação às verbas executadas e ao orçamento revisto.

Esse exercício tem que ser feito, mas é enganador se não for feito em relação à dotação inicial, porque na maior parte dos casos é a dotação inicial que nos faz aqui ter algumas brigas. Essas brigas depois não têm sentido se os relatórios, quer do Parlamento – e nesse capítulo ficam apenas por isso – quer outros que o Governo nos apresenta, fizerem só o rácio entre o executado e o revisto.

É bom termos presente que algumas das dotações revistas podem ser feitas no dia 30 de Dezembro. Portanto, é um exercício que o Governo tem que fazer, vai fazendo ao longo do ano, mas é feito o mais tarde possível – e eu tenho vários exemplos que posso dar – e é essa uma preocupação do responsável das finanças e aí de nós se não a tiver.

Por outro lado, sob o ponto de vista da análise política da capacidade de execução do que efectivamente foi aprovado no Parlamento, nós não podemos ficar por aí. Temos que saber por que razão é que as coisas não aconteceram. Aí insere-se uma outra observação já aqui muito bem feita pelo Sr. Deputado António Marinho, que o Tribunal de Contas também realça e que nós temos a obrigação de o fazer, que é a necessidade dos relatórios de execução dos Planos terem a preocupação, que não tem existido (já houve intercaladamente), de justificar os motivos pelos quais alguns projectos não avançam.

Eu digo isso com toda a franqueza e sinceridade, porque nalguns casos isso até pode ser um instrumento de defesa do próprio Governo, porque também há injustiça por parte de quem critica que, de forma nua e crua, diz que a escola de São Carlos estava prevista e não foi feita em 2002. Não foi o caso certamente, foi por incapacidade do Governo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

O exemplo que eu escolhi podia ter justificação por parte do Governo, podia dizer que houve um empreiteiro que recorreu e o concurso foi anulado. Há situações que o próprio Governo não pode ultrapassar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Acreditem e tenham em conta que muitas dessas observações não podem ser vistas à luz de um exercício de oposição por oposição. Tem que ser visto à luz de um exercício de apelo a que sob o ponto de vista técnico o Governo dê mais atenção e tenha mais respeito pela tarefa de informar o Parlamento das razões, nomeadamente das não execuções materiais.

Portanto, é um apelo que fica independentemente daquilo que o Tribunal solicita.

**Presidente:** Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, o tempo da sua primeira intervenção esgotou-se completamente. Tem direito a uma segunda.

**O Orador:** Posso continuar a segunda já?

**Presidente:** Eu sei que dava imenso jeito, mas era melhor esperar.

*(Risos da Câmara)*

**O Orador:** Então, só para a coisa ter um fecho razoável...

**Presidente:** Também acho que sim. É bom terminar com alguma alegria.

**O Orador:** Se eu termino assim ainda pensam que eu votar a favor. Portanto, eu tenho que terminar com outra nota. Se for só com esta eu fico desgraçado.

*(Risos da Câmara)*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Eu acho que fui um bocadinho infeliz, demasiado benevolente e muito construtivo.

Sr. Vice-Presidente, eu só ouvi a parte final da sua declaração política, que me pareceu revelar o seu grande empenho em esclarecer os açorianos e, todos nós, de algumas situações, de algumas trapalhadas - um termo muito em voga, agora adoptado pela extrema esquerda - que andam por aí.

Portanto, eu devo ter perdido a sua informação. Espero bem que também tenha informado a Assembleia e o plenário do que se passou, porque entretanto já se passou alguma coisa, naquela situação que envolveu a construção da lagoa do Faial. Julgo que haveria todo o interesse em esclarecer esta Assembleia. O senhor deve ter dito, mas peço desculpa se não ouvi. Se não disse, estou sempre pronto para ouvir os dados que encerram de uma vez por todas aquelas dúvidas que existiram sobre a adjudicação da lagoa do Faial.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(\*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às apreciações feitas pelos Srs. Deputados António Marinho e Alvarino Pinheiro, julgo que já eram esperadas, bastava ler as recomendações do Tribunal de Contas e ainda bem que temos um órgão na Região que fiscaliza as nossas contas.

Tem havido empenho da parte do Governo em resolver algumas situações e noutras, apesar (e já o disse no último dia) de existir alguma dificuldade em cumprir, há, da parte do Governo, empenho para que sejam acolhidas, quando não, não propúnhamos que as contas viessem a ser aprovadas por esta Assembleia.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Uma coisa é certa: na nossa Região, em alguns sectores que o Tribunal de Contas hoje continua a apontar como sendo uma deficiência, – e uma está relacionada com os subsídios que o Governo Regional tem dado quer à Economia, quer às nossas instituições culturais ou económicas – tem havido da parte do Governo Regional um esforço para que haja o respectivo enquadramento financeiro e isso é reconhecido pelos diplomas que foram criados, aquando da entrada do PS no Governo. Em determinadas áreas que não havia qualquer critério, hoje existem os respectivos diplomas.

Se é certo que algumas se recorre para personalidades jurídicas que poderão não ser as mais correctas por falta desse instrumento, hoje, a nossa economia, as nossas associações culturais, conhecem quais são as regras que estão estabelecidas nos respectivos diplomas.

Por isso, na análise a esta conta, gostaria de realçar um aspecto que foi apontado pelos Srs. Deputados, mas que é importante realçar aqui:

É tradição do Partido Socialista, desde que está no Governo, ter taxas de execução bastante altas face a orçamentos que a Região teve no passado.

Não me quero referir à pré-história, mas ter desta vez no orçamento níveis de execução na ordem dos 90 e tal por cento, são taxas muito boas.

Foi dito pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro o que é que é um instrumento de planeamento, como o orçamento e como um plano, em que estarmos próximos das taxas de 90% ou acima dos 90%, são taxas muito boas e quem tem experiência autárquica sabe perfeitamente que não há nenhum município na Região que vá além dos 60%. Portanto, o que o Governo tem feito é de saudar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Pode haver em termos de execução material, como foi dito nesta casa, algumas obras que não foram executadas. Nós que vivemos aqui estes 4 anos sabemos algumas de cor e que foram discutidas aqui na realidade.

Todavia há razões, como foram apontadas a devido tempo, para algumas obras não se terem executado e espero que neste novo mandato do Partido Socialista, alguns dos anseios dos açorianos, em determinadas ilhas, venham a acontecer.

Relativamente às despesas do Plano, eu gostaria de realçar um aspecto que tem a ver com as funções económicas.

Se em relação à Conta de 2001 falei na área social, gostaria de realçar que as funções económicas, com esta Conta de 2002, tiveram um crescimento, que é diferente do que acontecia no passado em que o crescimento era essencialmente negativo.

Queria realçar que parte significativa dos instrumentos da Região continua associado ao objectivo de dinamizar o crescimento da capacidade da economia regional, na qual se inclui os sectores da agricultura, das pescas, do turismo, do comércio, da indústria e dos sistemas de incentivos.

Outra parte que gostaria de realçar, em termos das despesas do plano, é a distribuição sectorial que foi dada aos investimentos feitos pelo Governo relativamente ao plano. Cerca de 31% dos investimentos foram feitos na Ilha de São Miguel; as Ilhas Terceira e Faial foram responsáveis por 23,4%. No conjunto, essas três ilhas que têm mais que 80% da população absorveram 54% da parte que estava desagregada.

Sabemos que podíamos entrar aqui num diálogo sobre a quantidade de verbas desagregadas ou não, mas este plano apresentava qualquer coisa na volta dos 29% de verbas não desagregadas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Para finalizar, no que concerne aos subsídios, esses subsídios ao fim e ao cabo também têm feito com que haja uma dinamização, um crescimento e uma competitividade da economia regional. O programa de incentivos foi responsável por 23,8% dos subsídios entregues da parte do plano, o que demonstra que vieram contribuir para a melhoria da nossa economia.

Estamos a apreciar a Conta de 2002. O ano de 2002 foi aquele que veio provar que a Região já não era a última região do país na notação das NUTs II.

Por fim, gostaria de dizer que a execução das Contas agora apresentadas contribuíram de forma significativa para a concretização dos objectivos do Governo Regional e do Partido Socialista para o desenvolvimento económico e social dos Açores.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na abordagem da questão da Conta de 2002, eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, que esperaria, sinceramente, um contributo mais amplo por parte da bancada do PSD, em relação a esta matéria.

Terem-se limitado a reler as conclusões, curiosamente os aspectos negativos – esqueceram-se, se calhar por falta de tempo dos aspectos positivos – e as observações realizadas pelo Tribunal de Contas, não lança nenhum contributo acrescido a este debate, porque todas as pessoas tiveram acesso a este relatório. Todas as pessoas o leram. No fundo, estiveram, pura e simplesmente, permitam-me a expressão, a perder tempo, no sentido em que não acrescentaram absolutamente nada à mera leitura do que estava já aqui escrito e ao que tinha sido escrito pela Comissão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Esperava, sinceramente, um contributo mais forte do que a mera leitura de um relatório que já era do conhecimento de todos.

Segunda observação:

Falaram que uma das questões apontadas era o erro na previsão das receitas. Têm razão! Houve um erro na previsão das receitas, curiosamente numa das componentes da previsão da receita. A execução das receitas fiscais foi superior ao valor orçamentado, 103,3%, logo, nas receitas fiscais em 2002, não houve qualquer erro de previsão, até houve uma sobreavaliação da previsão em relação à real execução. Aí não houve erro.

Nas transferências do Orçamento de Estado ao abrigo da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, que cresceu 6,2% em relação ao ano anterior, o valor inscrito foi o valor executado.

Então onde é que houve erro de previsão nas receitas?

Apenas num item. Tinha sido inicialmente, em Novembro ou Dezembro de 2001, quando foi nesta casa aprovado o orçamento, inscrita uma verba de 20 milhões de euros para financiamento da reconstrução. Por acaso, em Março de 2002, mudou o Governo, situação que não era previsível aquando da apresentação e discussão do Orçamento.

Logo, o que não era previsível e não pode ser assacado ao Governo Regional essa culpa, foi que o novo Governo da República, da simpática coligação PSD/PP, não transferiu os 20 milhões de euros.

A não execução da receita, e conseqüentemente depois da despesa e do Plano de Investimentos ter ficado num montante mais baixo do que inicialmente estava previsto e conseqüentemente a necessidade de um orçamento rectificativo, deriva, única e exclusivamente, como estão lembrados, do não cumprimento por parte do novo Governo da República do compromisso de transferência dos 20 milhões de euros.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Como compreendem, podem tentar assacar ao Governo Regional responsabilidades em tudo, mas nessa matéria a culpa não é do Governo Regional. Era uma matéria que só um astrólogo poderia ter previsto na altura em que este documento foi discutido nesta casa.

Esta questão, nas componentes que estavam dentro da capacidade do Governo Regional, foi bem prevista. Pode ser ainda melhor prevista e o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro tem toda a razão.

É possível nós termos uma perspectiva mais correcta e mais científica da previsão da receita fiscal para o ano seguinte, mas para isso precisamos de uma coisa, de um elemento, de um instrumento que o PSD e o PP ainda na discussão do último Orçamento de Estado votaram contra a Região ter acesso a esse documento, que é a Base de Dados dos Contribuintes Nacionais.

Se a previsão orçamental da componente da receita fiscal não é totalmente exacta, tem toda a razão, mas para ela ser totalmente exacta precisamos ter acesso à Base de Dados Nacional dos Contribuintes. Os senhores quando estavam no poder (PSD/PP) recusaram a proposta apresentada pelos Deputados do Partido Socialista para termos acesso a essa Base de Dados.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

**Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): O Governo de Guterres fez isso?

**O Orador**: Nós somos coerentes.

Apresentámos a proposta e vamos mantê-la. A proposta estava no programa do novo Governo da República e será uma realidade neste mandato do Governo da República.

Com certeza que quando essa proposta for apresentada os senhores irão manter a sua coerência e irão continuar a votar contra a que os açorianos e





o Governo Regional dos Açores tenham acesso à Base de Dados dos Contribuintes Nacionais...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** O Governo de Guterres fez isso durante 6 anos?

**O Orador:** ... e tenha um instrumento para melhorar e aperfeiçoar o grau de previsão da receita fiscal.

Portanto, meus senhores, sob essas duas razões que apontaram para erros de previsão de receita, nenhuma delas pode ser assacada à responsabilidade do Governo Regional.

Para terminar gostaria também de dizer, já que estamos em momento de balanço e de contas, no que concerne às próprias contas da reconstrução e dando uma informação objectiva, que em 2002, os 20 milhões não vieram, e em contrapartida os senhores disseram e repetiram inclusivamente na última campanha para as eleições para a República, mas em 2003 o governo de coligação cumpriu exactamente aquilo que tinha prometido transferindo o que tinha acordado (60% do montante da reconstrução). Tenho ou não razão?

O Governo da República da coligação, em 2003 transferiu para Região 60% do valor da reconstrução. É verdade ou é mentira?

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** É a única verdade!

**O Orador:** É verdade. Os senhores dizem que é verdade.

Os senhores afirmaram. Confirmam neste momento que o Governo da República, da coligação, em 2003 transferiu para Região 60% do valor da reconstrução.

Então vamos a contas referentes a 2003.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Estamos a discutir a Conta de 2002!

**O Orador:** Mas é uma informação adicional.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Facturação emitida em 2003: 75,6 milhões de euros referentes à reconstrução.

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Mas por que é que o dinheiro não vem?!

**O Orador:** Pelas minhas contas, 60% dá 45,36 milhões de euros.

Verba transferida: 17,5 milhões de euros,

Verba em falta em 2003: 27,86 milhões de euros.

Se as vossas contas e o vosso rigor é este, digo-vos que estamos muito mal!

**Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:**

*Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou fazer uma intervenção muito rápida, porque, para já, estamos a repetir algumas questões relativas à Conta de 2001, mas decidi intervir, primeiro relativamente aos subsídios e à intervenção do Sr. Deputado José Rego quando falou das óbvias consequências que determinados subsídios têm sobre a actividade económica. Ninguém duvida disso. Como é óbvio tem que ter.

Sobre a questão que aqui é afluída, que é afluída pelo Tribunal de Contas, e eu continuo a utilizar o Parecer do Tribunal de Contas porque me parece o documento mais importante, já falarei com o Sr. Vice-Presidente a propósito dela.

O que está em causa não são os efeitos positivos de determinados subsídios. O que está em causa é a legitimidade para atribuir determinados



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

subsídios, em primeiro lugar, a razoabilidade de atribuir outros, porque se atribuem muitos subsídios.

Quando falamos aqui em subsídios, há subsídios à actividade económica, há subsídios a grupos de escuteiros e há subsídios a outro tipo de entidades destinados a outros fins que não se sabe muito bem quais são, mas que, sob a capa de ser atribuída a esta ou aquela instituição, estão a servir para outras coisas completamente diferentes. Não tenha dúvidas nisso!

Daí que o Tribunal de Contas apele, e bem, para que na atribuição destes apoios seja seguida (é outra das recomendações que vem no Parecer do Tribunal de Contas), primeiro, legalidade na sua atribuição, suportada em termos legais por legislação clara, e, segundo, o seu seguimento.

Confesso que não li a conta do princípio ao fim, como é óbvio, nem tinha essa hipótese, nem o Sr. Vice-Presidente, seguramente a leu do princípio ao fim. Passou-lhe os olhos por cima. Parou nas páginas mais interessantes, noutras disse “isto não interessa para nada, não vão mexer nisto, não me vou aborrecer com isto, nem preciso de olhar para aquilo” e eu, obviamente, fiz a mesma coisa.

Ler aqueles calhamaços todos? Pelo amor de Deus, Sr. Vice-Presidente!

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Eu li!

**O Orador:** A conta?

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sim!

**O Orador:** Então não sabe o que é a conta! O problema é mais grave, Sr. Vice-Presidente. É que o senhor não sabe o que é a Conta da Região!

Quando chegar aos seus serviços, na Terceira ou em Ponta Delgada, há-de pedir a conta do ano passado. Parece-me estranho como é que fala nela, com a propriedade que fala, não a conhecendo.

Eu destaco o parecer do Tribunal de Contas, porquê?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Primeiro, porque reconheço ao Tribunal de Contas credibilidade, independência e obviamente facilita-me também a vida (não tenho problemas em admitir isso!) porque há ali uma equipa constituída por um auditor chefe, que é acompanhado por 5, 6 ou 7 pessoas que seguramente vasculharam a conta até ao pormenor.

Eu, quando confio nas pessoas, confio naquilo que elas me transmitem: o conjunto de recomendações, de pontos negativos e também o conjunto dos pontos positivos.

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Esqueceu-se desses!

**O Orador:** Outro dia falava com o Sr. Deputado José Rego e ele dizia-me que valorizava aquilo que lhe interessa e eu valorizo aquilo que me interessa a mim.

Digo-lhe claramente: quando nós temos 22 pontos negativos e 11 pontos positivos dos quais 50% deles são perfeitamente inócuos e é o Tribunal de Contas que os põe lá, porque senão era aborrecido aparecer uma conta só com 3 pontos positivos e com 20 e tal negativos, não tenhamos dúvidas ... Isto é um bocado para alindar as coisas!

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Os positivos são inócuos e os negativos não são?!

**O Orador:** Depois temos as recomendações. As recomendações são muito graves!

Há ali recomendações relativas a aspectos muito graves e o que mais me preocupa é que eles se mantêm de ano a ano. Não se fez nada.

Há ali questões de tal forma importantes, de tal forma graves e nada se faz. É isso, sinceramente, que me preocupa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Gabinete da Presidência

Relativamente a uma análise mais aprofundada que pudéssemos fazer disto tudo, devo dizer-lhe que, até por experiência própria – neste momento estou aqui, mas sou funcionário da Administração Regional – ...

**Deputado Nuno Tomé (PS):** Noutros tempos não estaria aí!

**O Orador:** ... é complicado e vou dizer-lhe porquê. Eu sei por que é que há determinados programas que continuam a estar previstos no Plano que se sabe, à partida – eu era capaz de lhe dizer alguns programas – que irão ter zero de execução no final do ano, mas entretanto há uma verba que dali vai ser libertada, e o que tem o valor de 100 e o outro de 50 vai terminar com 120 e 30. Mas há outros propósitos.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Não é na execução de 2002!

**O Orador:** E o Sr. Vice-Presidente, o Sr. Secretário Regional da Presidência e o Sr. Deputado José Rego, todos sabem. É verdade que há! Eu não diria que essas são as situações mais graves. Não são graves, mas, à partida, estou a planear uma coisa. Isto é um pouco a capacidade de previsão. Há bocado o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro falava nisto. São exercícios. Nós atiramos uns valores para ali e depois aquilo interessa-nos porque passamos de um lado para o outro. Não tenhas dúvidas que isto existe assim.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(\*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para completar uma questão que era a fundamentação daquilo que eu tinha dito em teoria, mas que é importante reflectirmos para termos a consciência do que é que esta Assembleia deve pedir e o que deve ser a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

avaliação quando o Governo cumpra, portanto, quando se respeita o que aqui é decidido ou, apesar de se gastar o dinheiro, não se respeita. No fundo é isso. O problema do plano e da sua execução!

Nós tínhamos aprovado aqui, em relação aos troços das estradas regionais, na Ilha Graciosa, em 2002, uma dotação de 374.098 euros, o que era muito significativo para aquela ilha e deixou os deputados da bancada da maioria, da Ilha Graciosa, numa satisfação imensa, e nós até partilhamos.

Executaram-se 2.687 euros, o que corresponde a 0,7%. Portanto, não se fez nada.

Vamos ao relatório e o que é que vemos: execução dos troços da Estrada Regional da Graciosa – 100%. Porquê? Porque o Governo, antes de terminar o mandato, fez uma revisão e onde tinha 374.098 euros passou para 2.698 euros, isto porque já sabia que tinha gasto 2.687 euros. Então, ficou rigorosamente 99,6%. A questão é esta.

Fica aqui fundamentado o que estávamos a dizer e a chamar a atenção do que devia ser e não aquilo que está a acontecer.

Mas há mais exemplos:

A correcção e reabilitação da estrada Lajes/Santa Cruz, na Ilha Terceira, tinha uma dotação 249.399 euros. Executou-se 21 mil euros, 8% da dotação.

Todos nós anunciámos aqui, os que são de lá porque têm essa obrigação mais específica, os 8%. Resultado no documento da nossa Comissão: execução – 100%.

O Governo, antes de fazer “a árvore de Natal”, nem sequer disfarçou e atribuiu 21.137, o que equivale a 100%. Não falha!

Mas há outras ainda mais interessantes:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

A variante à Estrada Regional 6-2ª São Carlos tinha como dotação 500 mil euros. Para esta a execução desapareceu. Portanto, transferiram-se os 500 mil euros para um sítio qualquer, e como se diz em linguagem de Carnaval “a dança comeu”, desapareceu.

A reabilitação da Estrada Regional no interior das Capelas, por exemplo, tinha uma dotação de 49.880 euros e foi revista para 13 mil, porque se tinha gasto efectivamente 12.989. Execução orçamental – 99,9%.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para isso é que o Sr. Vice-Presidente não tem nenhum gráfico. Sabe qual é o gráfico que tem?

É em branco!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Está aqui o gráfico da taxa de execução!

**O Orador:** Aí é que está a diferença. Agora eu deixo isto ao juízo dos Srs. Deputados, mesmo os que são do Partido Socialista.

Façamos de conta que não íamos votar isso agora; façamos de conta que não éramos amigos de Sérgio Ávila; façamos de conta que ele não era socialista; façamos de conta que estávamos aqui num júri a apreciar...

A reacção que deveríamos ter como deputados representantes do povo dos Açores, perante a denúncia de uma situação que sob o ponto de vista técnico carece de melhor tratamento – não é resolução, porque os dados estão na Conta para quem quiser ver – era exigir uma informação mais esclarecedora. É só isso.

Eu acho que era preferível o Governo Regional ter humildade de dizer que esse é um assunto que irá melhorar, corrigir, irá ter o cuidado de dar mais relevo à coluna da dotação inicial, sem prejuízo da coluna do revisto e ter a execução tendo em conta as duas referências, que é a execução em relação



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

ao inicial e a execução final. Acho que era muito mais fácil, com todo o respeito, do que o senhor passar o dia aqui a mostrar aquele gráfico...

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Não. Tenho muitos. É só escolher o tema que eu mostro o gráfico!

**O Orador:** ... como se estivéssemos num programa de televisão.

Acho que devemos ser mais exigentes perante o Sr. Secretário.

O Sr. Secretário tem que ter em conta alguns desses aspectos, com a devida modéstia, que julgo que são úteis e válidos, porque isto não é bem um programa televisivo, nem é pré-campanha eleitoral. Só daqui a 4 anos.

Portanto, acho que agora era melhor guardar os gráficos e tomar nota das críticas.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A questão técnica do planeamento, como sabe, é dividida em programas, em projectos e em acções.

A possibilidade de variar as dotações iniciais entre acções é uma prática e um funcionamento em qualquer administração, local, regional, empresarial, etc., etc. Se isso não fosse possível as taxas de execução seriam muito mais baixas.

Como referiu e muito bem o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, por vezes, há obras que não avançam em determinado momento por factores externos à própria intenção da própria administração.

Consequentemente o ajustamento ao longo do ano da dotação de determinada rubrica e com certeza estará a falar apenas nas acções, ...

**Deputado Alvarino Pinheiro** (*PP*): Em determinado plano!





**O Orador:** ... que pelo seu grau de especificidade têm necessariamente que ter ao longo do ano, uma alteração das suas cotações – isso é normal, uma prática corrente e um critério de boa gestão em qualquer instituição – não deve ser em si criticado, sob pena de que se isso não fosse possível fazer, contribuía para taxas de execução extremamente mais baixas naquilo que interessa até na globalidade.

O senhor apontou três ou quatro que implicaram uma alteração de dotação e conseqüentemente valores baixos em relação à dotação inicial, mas na globalidade – e foi o quadro e o gráfico que lhe mostrei – a taxa de execução foi de 88%, e só foi 88% precisamente porque ao longo do ano foi necessário alterar as dotações de algumas acções que, com certeza, baixaram por razões que não foi possível executar neste ano, mas em contrapartida esse processo permitiu reforçar – essas o senhor certamente esqueceu, por isso não falou – a dotação de outras acções que se calhar tiveram, do ponto de vista prático, uma execução muito superior àquela que estava inicialmente prevista.

É isto boa técnica de gestão orçamental. É isto boa prática de execução orçamental.

É por isso que analisamos na globalidade, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. Em qualquer Orçamento de Estado de qualquer instituição, local, regional ou nacional, irá encontrar sempre quatro ou cinco matérias para fazer o filme que fez.

Em todo o lado do mundo, em qualquer orçamento, de qualquer departamento do mundo, em qualquer município, em qualquer junta de freguesia, em qualquer Governo da República, em qualquer Governo da Nação, o senhor entre 450 acções, encontrará sempre quatro ou cinco acções que tiveram uma execução muito baixa, mas o senhor se calhar



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

também irá encontrar 200 ou 300 que tiveram uma execução superior ao que estava inicialmente previsto. É aquilo que distingue entre quem analisa isto de uma forma global, de uma forma isenta, de uma forma independente e quem tem que encontrar 3 ou 4 situações para concluir e extrapolar situações e conclusões que não definem a realidade que estamos a analisar. É isso que distingue também entre uma oposição que pretende apenas criticar e quem pretende analisar estes documentos com objectividade e independência.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(\*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu percebo a forma empolgada com que o Sr. Vice-Presidente quis dar agora aqui um tom de uma coisa importante.

Hoje está a exceder-se uma coisinha nessa parte final, porque o que eu disse não foi de molde a justificar a reacção, até porque não o piquei e pelo menos esforcei-me para pôr isso num quadro, se me permite e se isso ajuda a explicar, mais técnico e político. Pelo menos esforcei-me por isso. Se não consegui, a culpa foi minha.

Portanto, sempre numa lógica de que se deve melhorar, deve-se dar essa informação e aí com a convicção plena de que é um exercício e um direito deste Parlamento.

O Sr. Vice-Presidente tem que compreender, porque estamos deste lado, temos esse direito e essa obrigação.

De resto, como bem sabe, eu não o culpei nem usei essa meia dúzia de exemplos para tirar conclusões indevidas. Podia ter enumerado, porque tenho isso nos trabalhos preparatórios, não 6, mas talvez 50 ou 60 acções, talvez não tão flagrantes.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Queria chamar a atenção lembrando-lhe – e o Sr. Vice-Presidente vai ter ocasião de viver o que eu lhe vou dizer agora – o empenho com que os Srs. Deputados, e neste particular nomeadamente os Srs. Deputados da maioria que o apoiam, introduzem alterações, em sede de Parlamento, ao plano que o Governo traz.

Nós somos testemunhas que ainda no último ano o PS passou horas e horas a fazer alterações no Grupo Parlamentar e trouxeram para aqui dezenas de alterações todas ao nível de projectos (mais 50 mil euros para o projecto das estradas, em Santa Maria, mais 30 para a Graciosa, mais o reforço de uma verba para aqui).

Em que conta é que o Governo tem os Srs. Deputados – neste caso são os do PS, mas podiam ser outros – se não acha importante esse tipo de análise que estou aqui a fazer?

Eu não disse, Sr. Vice-Presidente, que o Governo não tinha competência para tirar a verba da Estrada Regional das Capelas e pôr na estrada Regional de São Carlos. Eu não disse que não tinha competência para isso. Obviamente que tem. O problema é que tem que explicar que fez isso, tem que dar conta que o fez e tem que chegar ao fim e tem que reconhecer que em relação a algumas das acções não executou e sobretudo dizer porquê. É isso que nós politicamente exigimos, se me permite a palavra.

Acho que não estou a ser hipócrita se disser que os Deputados da bancada socialista certamente também deviam ter esse desejo. Se passam horas e se acreditam no Governo para lhe fazer alterações na acção, não é para o Governo não lhes passar explicação sobre essa matéria. Quando digo não passar é perante o Parlamento e perante os relatórios.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Acho que se este Governo melhorar esses documentos que são essenciais para o controlo da acção do Governo presta um bom serviço à Autonomia e à democracia.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos proceder à votação desta Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução sobre a Conta de 2002, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.